

## Moeda social: possibilidades e limites – reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária<sup>1</sup>

Social currency: Possibilities and limits – reflections about the implementation of *Ecobanco* at a Fair of Solidarity Economy

**Marilene Zazula Beatriz<sup>2</sup>**

marilene.zazula@hotmail.com

**José Aparecido de Oliveira<sup>3</sup>**

jptcido13@gmail.com

**Lourdes Marchi<sup>4</sup>**

marchiecosol@yahoo.com.br

**Glicimar Bueno<sup>5</sup>**

bglicimar@gmail.com

**Gisele Carneiro<sup>6</sup>**

gisele2020@bol.com.br

---

**Resumo.** Esta pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades e os limites da implantação da moeda social em uma Feira de Economia Solidária. A pesquisa se constituiu em um estudo de caso e teve como participantes os integrantes da Feira Permanente de Economia Solidária – a saber: os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio – que acontece uma vez por mês, em um bairro, na cidade de Curitiba – Paraná. Os dados foram abordados por meio de observações assistemáticas durante o período da feira, por registros de reuniões de avaliação da equipe do Ecobanco, além das reuniões de avaliação das feiras. O período de análise se estendeu de abril de 2011 a agosto de 2012. Para o tratamento

**Abstract.** The objective of this research is to analyze the possibilities and limits of the implementation of a social currency at a Solidarity Economy Fair. The research consisted of a case study and had the participation of the members of the Permanent Fair of Solidarity Economy – viz. the solidarity economy enterprises and supporting organizations – which takes place once a month in the city of Curitiba – Paraná. Data were collected through unsystematic observations during the period of the fair, using meetings records of the *Ecobanco* team and the fair evaluation meetings. The period of analysis was April 2011 to August 2012. For the treatment of the data descriptive and qualitative procedures were

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária realizado em 22 de setembro de 2002, São Paulo, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Av. Sete de Setembro, 3165, 80230-901, Curitiba, PR, Brasil.

<sup>3</sup> Administrador pela UNIBRASIL. Pós-graduado em Educação, Ambiente e Formação Humana para Sustentabilidade. Aluno da Pós-graduação Gestão Pública e Sociedade. São José dos Pinhais, PR, Brasil.

<sup>4</sup> Coordenadora Executiva do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefúria). Curitiba, PR, Brasil.

<sup>5</sup> Cientista Social – Educadora do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefúria). Curitiba, PR, Brasil.

<sup>6</sup> Mestre em Direito Cooperativo. Serviço Social – Educadora e Assistente Social do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefúria). Curitiba, PR, Brasil.

dos dados, empregaram-se procedimentos descritivo-qualitativos. Concluiu-se que a moeda social teve forte impacto na dinâmica de comercialização dos produtos na feira e que é necessário criar estratégias para que as pessoas compreendam a função de um banco comunitário que atue de forma mais ampla do que apenas no dia da Feira de Economia Solidária. Percebeu-se, com isso, que as questões relativas ao debate político e estratégico da implantação de um banco comunitário ainda não conquistaram o devido espaço no debate dos integrantes da feira analisada.

**Palavras-chave:** economia solidária, moeda social, feira de economia solidária.

used. The article concludes that the social currency had a strong impact on the dynamics of the sales and marketing products at the fair and that there is a need to create strategies so that people understand the function of a community bank that acts more broadly than just at the Fair of Solidarity Economy. Thus it was realized that the issues of the political and strategic debate about the implementation of a community bank has not acquired sufficient importance in the debate of the fair's participants.

**Keywords:** solidarity economy, social currency, fair of solidarity economy.

---

## Introdução

O sistema financeiro mundial, representado pelos bancos públicos e privados, tem demonstrado ser agente de exclusão, dominação e aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais. A economia solidária, movimento social que preconiza a se contrapor à hegemonia do capitalismo ou, como cita Santos (2001), à tirania e à violência do dinheiro, propõe e constrói bancos comunitários como sistemas financeiros que estejam a serviço das pessoas, da comunidade, e que proporcionem o desenvolvimento local.

De forma geral, os bancos comunitários são criados com o objetivo de proporcionar linhas e canais de crédito mais simplificados e que possibilitem alternativas viáveis ao sistema de crédito oficial e de mercado dando suporte financeiro para atividades produtivas diversas e de consumo no campo da economia popular. Com isso, poderão viabilizar novas experiências ou incrementar os empreendimentos já em funcionamento (Silva e Carneiro, 2016).

Além dos bancos comunitários, há a proposta do Ecobanco<sup>7</sup> em feiras de economia solidária: um mecanismo que possibilita o desenvolvimento das feiras por meio da moeda social e do microcrédito. Castro, citado por Carneiro e Bez (2011, p. 120), define Ecobanco como

*[...] o mecanismo responsável pela emissão, controle, distribuição e retirada da moeda social de circulação em um espaço de Trocas Solidárias, num evento de curta duração. Tem por finalidade colocar a moeda social em circulação, basicamente através da troca de moeda social por produtos que formarão o lastro do Ecobanco.*

Em Curitiba, esta experiência já havia sido realizada, em feira ocorrida no ano de 2010, denominada de Feira Estadual de Economia Solidária. Um ano depois, foi possível a construção de uma Feira Permanente, por meio de recursos obtidos em projetos. Assim, viabilizou-se o Ecobanco a operar mensalmente, a partir de um recurso mensal a ele destinado.

Nesta perspectiva, o Ecobanco operou na Feira Permanente de Economia Solidária a partir de três mecanismos: (a) emissão, distribuição e controle da moeda social no espaço da Feira de Economia Solidária; (b) atendimento com microcrédito aos empreendimentos solidários; (c) câmbio, que era realizado por visitantes da feira, em geral interessados na proposta da economia solidária.

O objetivo deste artigo foi o de refletir sobre os limites e as possibilidades desta prática, a partir da sistematização da experiência, no período de 15 meses de funcionamento do Ecobanco. Para tanto, ele está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, é feita uma breve abordagem sobre a economia solidária e a moeda social. Num segundo momento, discorre-se sobre a Feira Permanente, com ênfase nas atividades desenvolvidas pelo Ecobanco. Os limites e as dificuldades perpassam toda esta análise, sendo refletidas e organizadas como considerações finais.

## Economia Solidária

O sistema capitalista se funda sobre os pilares da propriedade privada dos meios de produção, da acumulação de riquezas e da ex-

---

<sup>7</sup> Ecobanco é o termo utilizado pelo Mini Guia para a Realização de uma Feira de Trocas e adotado pelo coletivo desta experiência. As informações podem ser encontradas em: Carneiro e Bez (2011).

ploração do trabalho e da natureza. Os efeitos sociais e ambientais são devastadores e geram reações no sentido contrário, trazendo à tona uma multiplicidade de experiências, de sujeitos, grupos, práticas e sistemas que não se coadunam com a racionalidade capitalista e propõem um novo modelo de desenvolvimento.

A economia solidária surge neste contexto de desafio à ordem capitalista vigente, demonstrando que há propostas factíveis de superação do modelo atual. Para Santos (2002, p. 24), “há alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica”.

Paez (2001, p. 57) define economia solidária como “sistema econômico social conforme as múltiplas formas associativas e empresas solidárias, sem fins lucrativos, sustentadas pelos princípios e valores universais de mutualismo, cooperativismo”.

Já Nascimento (2012) enfatiza a autogestão social quando aborda as experiências de economia solidária e invoca Marx, que pensava numa terceira etapa histórica<sup>8</sup> pela qual passaria a humanidade: uma sociedade comunal do futuro, cujos sujeitos seriam os trabalhadores livremente associados, em relações mútuas, exercendo o trabalho como autoatividade, de caráter emancipatório. Para Nascimento (2012, p. 114), a

*Economia Solidária porta elementos de autogestão comunal nas experiências de assentamentos do MST, nas fábricas recuperadas, nas cooperativas populares, nas várias cadeias produtivas, nas gestões coletivas e populares nos bairros e cidade, tipo Banco Palmas, nos Clubes de Trocas Solidárias.*

### **Moeda social: um novo sistema financeiro**

Moeda social é a denominação que se dá às formas monetárias alternativas, não oficiais, em geral ligadas às experiências de economia solidária. Encontra-se moeda social em bancos comunitários, clubes de troca e algumas feiras de economia solidária.

As moedas sociais são criadas pelo próprio grupo ou comunidade. No caso dos bancos

comunitários, são experiências que nascem no seio da comunidade por meio de uma organização social, que institui modelo próprio e peculiar à realidade, sendo a gestão e a propriedade dos próprios habitantes, organizados pela entidade representativa da localidade. Para Melo Neto Segundo (2009, p. 2), responsável pela coordenação do Banco Palmas<sup>9</sup>, “O DNA dos bancos comunitários é o mesmo em todos os municípios: circuito econômico local com crédito produtivo (em reais), crédito para o consumo em moeda social e propriedade local do sistema financeiro”.

Neste sentido, Arkel *et al.* (2002, p. 12) dizem ser possível construir uma nova sociedade “alterando o paradigma do dinheiro e questionando suas bases práticas e teóricas”. As moedas sociais são, portanto, “um instrumento complementar” (Freire, 2011, p. 128) às moedas oficiais e servem para facilitar as trocas de produtos, de serviços e de saberes.

No caso da moeda social deste estudo, denominada girassol, ela surgiu a partir de uma das reuniões preparatórias da Feira Estadual de Economia Solidária, organizada por uma ONG, em Curitiba, no ano de 2010. Nesta feira, houve uma oficina de moeda social, com assessoria que atua nos Clubes de Trocas e Feiras de Economia Solidária de São Paulo.

### **A Feira Permanente e o Ecobanco**

A Feira Permanente de Economia Solidária teve como agente propulsor um projeto e outras parcerias. Dessa forma, foi possível adquirir 30 barracas e arcar com despesas de divulgação, de assessorias, além de lastrear a moeda social.

A feira teve como objetivo ser um espaço de encontro e de articulação entre produtores e consumidores solidários. Nela, grupos de economia solidária de Curitiba e Região Metropolitana expuseram e comercializaram seus produtos. Também aconteceram formações sobre variados temas sempre envolvendo a economia solidária, durante o ano de 2011. A proposta da feira foi a de ser construída coletivamente, sob forma de mutirão. Várias pessoas da comunidade e dos empreendimentos da economia solidária se reuniram para pla-

<sup>8</sup> Para Marx, na perspectiva histórica, na primeira etapa estariam as formações pré-capitalistas; na segunda etapa, o próprio capitalismo e, na terceira etapa, a sociedade comunal do futuro.

<sup>9</sup> Banco Palmas é o primeiro banco comunitário do Brasil. Atualmente há cerca de 120 (Silva e Carneiro, 2016, p. 88).

nejá-la, organizá-la e avaliá-la mensalmente. Este coletivo se dividia em grupos de organização da feira e dentre eles havia o grupo do Ecobanco aberto a quem quisesse participar. A feira acontecia uma vez por mês<sup>10</sup>, sempre no segundo sábado, e esteve localizada em um bairro distante do centro da cidade de Curitiba (PR). É importante salientar que tanto a Feira Permanente como o Ecobanco continuaram acontecendo, mas, para efeito deste estudo, foi tomado o período de 15 meses entre abril de 2011 e agosto de 2012.

Neste sentido, o Ecobanco funcionou na Feira Permanente e foi coordenado por um coletivo de cinco indivíduos representando três entidades de apoio. Este coletivo se reuniu mensalmente antes de cada feira para proceder à avaliação da feira anterior, bem como planejar seu funcionamento para a próxima feira.

Uma das intenções da equipe do Ecobanco era a de ampliar a capacidade de produção e de consumo da Feira Permanente de Economia Solidária, tendo em vista que os empreendimentos de economia solidária tinham dificuldades para manter e escoar sua produção; optou-se por realizar a experiência denominada de Ecobanco com a implantação da moeda social girassol, e os feirantes se comprometiam em aceitá-la durante o período da feira, comprando e consumindo produtos expostos na mesma.

Com relação ao Ecobanco, pode-se observar que os empreendimentos tiveram à sua disposição novos recursos monetários (em reais, produtos ou moeda social) por meio do: (a) microcrédito, para incrementar sua produção; (b) também houve a possibilidade dos empreendimentos compartilharem entre si as suas produções (utilizando a moeda social); (c) câmbio, como uma forma de acessar a moeda social por meio da troca de real por girassol. Esta conversão se realizou, na maior parte das vezes, por visitantes que queriam ter a experiência do uso da moeda social; (d) e, por fim, o pagamento dos trabalhadores, considerados todos aqueles que ajudaram a organizar a feira. Seria o pagamento em valor simbólico, rea-

lizado em moeda social com o objetivo de estimular o consumo somente no período da feira.

### *Lastro, microcrédito e câmbio*

Qualquer moeda (oficial ou social), para ter valor, deve ter um lastro equivalente. O lastro é o que dá garantia, é o valor da moeda. Antigamente, o lastro da moeda era o ouro. A emissão de dinheiro em papel deveria ser equivalente à quantidade de ouro. Como o ouro era difícil de carregar, isto se modificou. Hoje é um *pool* como: papel, ações, *commodities*, entre outros.

No caso da moeda social girassol, ela foi lastreada em reais e por produtos adquiridos dos próprios empreendimentos participantes da feira, pois, para cada girassol emitido e colocado em circulação, existia o mesmo valor em real, mantido pelo fundo administrado pela equipe do Ecobanco. Além disso, a moeda social também foi indexada ao real, no valor de um por um. Ou seja, o câmbio que é a troca de girassol por real e a conversão<sup>11</sup> do real por moeda social foram sempre fixados em um para um.

A origem e a gestão dos recursos que foram operacionalizados na experiência do Ecobanco, relativamente ao microcrédito, vieram do repasse não reembolsável de um órgão governamental, e também de recursos próprios dos empreendimentos da feira, via reinvestimento de sobras.

Segundo Leal *et al.* (2016), as linhas de crédito ofertadas em real e em moeda social constituem os principais serviços oferecidos pelos bancos comunitários no Brasil. Os autores identificaram – a partir da análise dos dados levantados no mapeamento de economia solidária no Brasil – cinco linhas de crédito oferecidas em real e três em moeda social, a saber, para o primeiro: bolsa família, crédito produtivo, crédito para consumo, crédito empresarial e habitacional, e, para o segundo: crédito para consumo, produtivo e empresarial. De acordo com Barreto (2016, p. 101),

*Os bancos comunitários, as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários*

<sup>10</sup> A Feira Permanente de Economia Solidária continua acontecendo, só que agora com maior periodicidade, sendo realizada todas as quartas-feiras à noite e todos os sábados durante o dia. No entanto, não existem mais a moeda social nem o Ecobanco, por conta do término do subsídio do projeto para o lastro da moeda social e também da falta de mobilização dos/as feirantes em se apropriar da experiência.

<sup>11</sup> Nesta experiência de implantação de moeda social optou-se por convencionar o câmbio como a troca de moeda social por real e a conversão como o contrário, apenas para não haver confusão no processo de organização interna e de registro em formulário do Ecobanco.

*(FRS) compõem as finanças solidárias, cumprindo atividades designadas como microcrédito, fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, o qual, por sua vez, faz parte das microfinanças, gama de serviços financeiros diversos (microcrédito, microsseguros, micropoupanças, entre outros) de pequena escala para negócios e famílias tradicionalmente mantidas à margem do sistema financeiro.*

Desta forma, o microcrédito utilizado na Feira Permanente em estudo pode ser definido como o crédito para o consumo destinado para as pessoas não atendidas pelo setor bancário tradicional. Os procedimentos para a obtenção deste microcrédito basearam-se na troca de reais por moeda social. Os empréstimos foram feitos em reais no início da feira (valores que variavam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por empreendimento, dependendo da natureza; os de alimentação eram maiores do que os de artesanato, devido às vendas serem diferenciadas) e deveriam ser pagos, até o final da feira, em moeda social. Caso os empreendimentos não conseguissem os girassóis suficientes para o pagamento poderiam complementar com reais. Em outra situação, quando os girassóis excedessem o valor de microcrédito realizado, os empreendimentos poderiam trocar a moeda social restante por qualquer um dos produtos da barraca do Ecobanco ou comprar de outros empreendimentos. Somente em último caso e em algumas poucas situações especiais houve o retorno do excesso de girassóis por reais. Este é um ponto importante, pois foi o que garantiu que o girassol circulasse na economia do espaço da feira e que os participantes o utilizassem para realizar suas compras.

A breve revisão da literatura, bem como os conceitos aqui apresentados, procurou demonstrar questões relativas à economia solidária, banco comunitário e Ecobanco, com especial atenção a moeda social e suas funções na feira, como: o microcrédito, o câmbio e o pagamento dos trabalhadores. Neste sentido, a partir deles, pretende-se investigá-los e também demonstrar como foram desenvolvidos em uma situação real. Os próximos itens tratarão do aporte metodológico da presente pesquisa, seguidos da apresentação e da análise dos dados.

## Metodologia

Esta pesquisa se constituiu em um estudo de caso, pois se buscou compreender em profundidade uma experiência de implantação de

moeda social. Todos os dados coletados foram obtidos por meio de observações assistemáticas durante o período da feira, por registros de reuniões de avaliação da equipe do Ecobanco, além das reuniões de avaliação das feiras, as quais aconteceram mensalmente durante 15 meses. O período compreendido por este estudo foi de abril de 2011 a agosto de 2012. Para o tratamento dos dados, empregaram-se procedimentos descritivo-qualitativos.

As 15 edições da Feira Permanente de Economia Solidária aqui relatadas tiveram como integrantes os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento. A média de participação dos empreendimentos econômicos solidários/mês foi de 20. Já as entidades de apoio participaram num total de três.

## Apresentação e análise dos resultados

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades e os limites da implantação da moeda social em uma Feira de Economia Solidária. Para analisar os resultados, passar-se-á por vários itens que envolvem a dinamicidade da Feira Permanente, a do Ecobanco e a da moeda social.

### Fundo extra

Em princípio, o Ecobanco havia conseguido o valor de lastro inicial de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por feira, provenientes de uma parceria, conforme já mencionado anteriormente. No entanto, independentemente deste valor em reais, o Ecobanco utilizou-se da estratégia de trocar produtos dos feirantes por girassóis. Os produtos trocados foram expostos em uma barraca do Ecobanco para que os feirantes e/ou comunidade em geral pudessem adquiri-los ou por girassóis ou por reais. Isto gerou um recurso extra em reais e em produtos, que criou um fundo, além da troca de reais por moeda social (câmbio) e das devoluções de reais, no momento do pagamento de microcrédito, que também contribuíram para este fundo.

O coletivo de coordenação do Ecobanco demorou alguns meses (apenas em setembro de 2011, após seis meses de funcionamento) para entender que o câmbio e as devoluções em real deveriam ser contabilizados como lastro. Isto só aconteceu depois de um seminário sobre bancos comunitários e moeda social de que a equipe do Ecobanco participou.

No entanto, ainda assim foi um entendimento equivocado, pois se percebeu que houve a criação de um fundo (recursos extras) e não aumento de lastro como se havia pensado inicialmente. Este fundo seria, então, a somatória das trocas dos produtos no Ecobanco em reais mais os produtos trocados que permaneceram no Ecobanco mais os valores do câmbio. Além disso, as devoluções em real dos microcréditos em que os empreendimentos não conseguiram prestar contas em girassóis foram compreendidas como sobra, vindo a se somar a este fundo.

O Quadro 1 demonstra a evolução do fundo do Ecobanco desde sua implantação. Pode-se observar o grande salto que ocorreu a partir de setembro de 2011 (cerca de 936%) em relação a abril de 2011, pois até então

recebia apenas os recursos das vendas dos produtos em real.

Observou-se também que os feirantes se sentiam mais confortáveis em trocar seus produtos por girassol do que em fazer o microcrédito, tendo em vista que temiam não ter o dinheiro para prestar contas ao final da feira. Nos primeiros meses da feira, um representante do Ecobanco ia até a barraca do feirante interessado em trocar seus produtos por girassóis para negociar a troca. Tal atitude foi tomada depois que se observou que alguns feirantes escolhiam produtos sem saída ou de baixa qualidade para trocar e isso ocasionava, no Ecobanco, um acúmulo de produtos com baixa rotatividade. Depois se percebeu que os próprios feirantes começaram a procurar o Ecobanco para

**Quadro 1.** Histórico dos valores recebidos em real e produtos do lastro.

**Chart 1.** History of the amounts received in *real* and products of the reserve.

Mês/Ano	Reais (R\$)	Gasto em reais (R\$)	Produtos*	Total
Abril/2011	46,00			46,00
Maió/2011	46,00			46,00
Junho/2011	40,00			40,00
Julho/2011	13,00			13,00
Agosto/2011	11,00			11,00
Setembro/2011	90,00		369,00	459,00
Outubro/2011	120,00		80,00	200,00
Novembro/2011	236,50		36,50	273,00
Dezembro/2011	320,50		110,50	431,00
Março/2012	76,50		51,00	127,50
Abril/2012	90,50		72,50	163,00
Maió**/2012	0		0	0
Junho/2012	91,50		0	91,50
Julho/2012	110,50	-240	0	-129,50
Agosto/2012	243,50		0	243,50
<b>Total</b>	<b>1.249,50</b>		<b>719,50</b>	<b>1.969,00</b>

Notas: (\*) Diferença entre o total de produtos de um mês e o total de produtos do mês anterior, ou seja, são apenas os produtos novos que entraram no mês correspondente e ficaram para o lastro do mês seguinte. As informações começaram a ser registradas em setembro/2011, a partir do total, porque não se tinha a memória dos outros meses. (\*\*) No mês de maio de 2012 não houve a feira por motivos de mau tempo.

Fonte: Dados registrados durante as Feiras Permanentes de Economia Popular Solidária nos anos de 2011 e 2012, pelo coletivo de organização do Ecobanco, por meio de planilhas.

fazer a troca, sem necessariamente alguém da equipe fazer tal mediação por melhores produtos.

A partir de março de 2012, a equipe do Ecobanco decidiu parar de trocar produtos por moeda social, devido ao grande número de produtos de posse do Ecobanco, sendo este o momento de convertê-los em moeda oficial. Além disso, os produtos adquiridos pelo Ecobanco não se diferenciavam dos produtos da feira como um todo, fazendo com que os mesmos ficassem “parados”, por falta de interesse dos feirantes em adquiri-los, no caso de troca de excesso de girassóis, no momento do acerto do microcrédito com o Ecobanco. Sendo assim, o fundo extra em agosto de 2012 foi de R\$ 719,50 em produtos e de R\$ 1.249,50 em moeda real, totalizando o valor de R\$ 1.969,00, se os produtos fossem vendidos em real.

### *Microcrédito*

No início das atividades do Ecobanco, apesar da assessoria recebida de uma entidade de apoio de São Paulo e muitos estudos, todos da equipe tinham inseguranças para efetuar o microcrédito, e até mesmo o coletivo que coordenava não conseguia vislumbrar qual seria o limite para o empréstimo em reais, pois a maior preocupação era com o lastro. Pensava-se não ter condições de ampliá-lo rapidamente; assim, seria necessário reduzir a emissão de moeda social e, com isso, o microcrédito também teria que ser menor.

Após alguns meses, muitos encontros e discussões, o coletivo de coordenação do Ecobanco passou a entender que era importante fazer mais microcréditos para aumentar a circulação de moeda social na feira e dar mais apoio aos empreendimentos. Nesse mo-

**Quadro 2.** Demonstrativo de microcréditos concedidos de abril de 2011 a agosto de 2012.  
**Chart 2.** Statement of microcredits granted from April 2011 to August 2012.

Mês/Ano	Valores concedidos em microcrédito (R\$)	Devoluções (R\$)	Impacto do microcrédito na feira
Abril/2011	125,00	20,00	105,00
Maió/2011	155,00	8,50	146,50
Junho/2011	160,00	0,00	160,00
Julho/2011	231,00	0,00	231,00
Agosto/2011	80,00	14,00	66,00
Setembro/2011	270,00	5,00	265,00
Outubro/2011	300,00	20,50	279,50
Novembro/2011	560,00	108,00	452,00
Dezembro/2011	505,00	64,50	440,50
Março/2012	434,00	32,00	402,00
Abril/2012	500,50	25,00	475,50
Maió/2012 (cancelada)	0,00	0,00	0,00
Junho/2012	230,00	91,50	138,50
Julho/2012	360,00	110,50	249,50
Agosto/2012	320,00	188,50	131,50
<b>Total</b>	<b>4.230,50</b>	<b>688,00</b>	<b>3.542,50</b>

Fonte: Dados registrados durante as Feiras Permanentes de Economia Popular Solidária nos anos de 2011 e 2012, pelo coletivo de organização do Ecobanco, por meio de planilhas.

mento, o que a equipe do Ecobanco entendia como lastro na realidade era o fundo de reserva que se ampliou, conforme já comentado, pois haviam sido realizadas várias trocas de produtos por moeda social, houve algumas doações de produtos, como alimentos (todos esses produtos passavam a integrar o fundo de reserva imediatamente), as devoluções de microcrédito em real. Isto foi percebido quando se incentivou o aumento do microcrédito, e com isso diminuiu sensivelmente a necessidade de se converter o girassol em real ao final das feiras, aumentando o fundo e evitando a retirada de lastro do Ecobanco.

O Quadro 2 demonstra os valores concedidos aos empreendimentos por meio do microcrédito. Conforme se pode observar, houve aumento significativo do microcrédito a partir da feira de setembro/2011, devido ao estímulo do Ecobanco para que os feirantes acessassem o microcrédito no início da feira. Paralelamente a isso, os empreendimentos demonstraram maior confiança em optar pelo microcrédito. Entretanto, houve uma queda do mesmo a partir de junho de 2012, quando aconteceu uma diminuição proporcional da participação de empreendimentos na feira.

O motivo dos feirantes desconfiarem do microcrédito era porque receavam não quitar os reais em moeda social no final de cada feira. Eles não compreendiam que podiam pagar o microcrédito partes em girassóis e partes com o próprio recurso adquirido em real, caso fosse necessário. Parece que tal receio vem de uma cultura bancária capitalista, possuidora de um sistema financeiro não democrático e excludente. Percebendo isso, a equipe do Ecobanco passou a orientar os empreendimentos para que não gastassem o real antes que tivessem alcançado o valor em girassol. Durante os 15 meses de experiência, houve apenas um caso de gasto parcial do microcrédito em que o empreendimento não conseguiu prestar contas ao Ecobanco ao final da feira.

### ***Câmbio e conversão***

Com relação ao câmbio, que é a troca do real por girassol, todos aqueles que se utilizaram desta operação tiveram a garantia de que, se não utilizassem todas as moedas sociais, poderiam fazer o câmbio novamente – o que chamamos aqui de conversão. Durante esses 15 meses houve visitantes e participantes interessados em fazer o câmbio, num total de R\$ 688,00 transformados em valor

equivalente em girassóis. Ao mesmo tempo, foi realizada a conversão no valor de 346,50 girassóis, todas durante os primeiros meses; como já foi dito, no início da experiência do Ecobanco ainda não se sabia que essa operação tirava o lastro da moeda social, impossibilitando sua existência.

### ***Pagamento dos trabalhadores***

Outra questão bastante levantada pelos feirantes girou em torno do pagamento dos trabalhadores, tais como: Quem são? Quais critérios devem ser atendidos, para alguém ser considerado, ou não, um trabalhador?

Os argumentos que apareceram foram de que todos são trabalhadores. No entanto, o Ecobanco não poderia lançar mais girassóis na feira do que o programado conforme o lastro. Então, após várias reuniões da equipe, partiu-se para os critérios de quem deveria receber os girassóis. Ou seja, todos aqueles que organizavam a feira de forma mais ampla, como: equipe do Ecobanco, logística de trazer e entregar as barracas, montagem da barraca de formação. O nível de desconforto foi tamanho que alguns dos trabalhadores deixaram de querer receber moedas sociais, por entender que estariam prejudicando os demais.

Tais critérios não foram trabalhados junto aos feirantes. Eles foram decididos em uma instância menor, dentro da equipe do Ecobanco. A questão que ficou pendente foi se o Ecobanco deveria discutir os critérios e passar para a plenária de avaliação da feira decidir se concordavam com tais regras ou se solicitariam novas regras de funcionamento. De qualquer forma, isto não aconteceu, e talvez este seja um dos motivos da resistência em aceitar as regras.

No entanto, ficou evidente que a dinamicidade comercial da feira era maior quando havia o pagamento dos trabalhadores. Cada um inicialmente recebia 5,00 girassóis, e depois passou-se para 15,00. Foi paga uma média de 14 trabalhadores por mês, que receberam R\$ 2.792,50 no total dos 15 meses, com a média de R\$ 199,46 por mês. Estes girassóis começaram a circular na feira de forma muito mais intensa do que os reais advindos de consumidores da comunidade. Por isso, o fato de alguns trabalhadores não quererem mais receber moedas sociais acabou por causar outro problema: o da baixa circulação da moeda social na feira.

## Conclusões

Uma das expectativas do coletivo do Ecobanco era de que esta experiência pudesse fazer com que o grupo dos feirantes se apropriasse da ideia da moeda social e daí ela fosse levada para a comunidade. Na realidade, os processos de apropriação são mais demorados do que se gostaria.

De qualquer forma, observou-se que tanto os empreendimentos econômicos solidários como as entidades de apoio envolvidas nesta experiência obtiveram maior confiança no processo do Ecobanco e na implantação da moeda social ao longo destes 15 meses. Foram meses valiosos de aprendizagens, reflexões, avaliações, reconduções, processos importantes para o amadurecimento do grupo e base para a elaboração de uma experiência maior que é a do banco comunitário.

Percebeu-se ser necessário criar estratégias para que as pessoas compreendam a função de um banco comunitário que atue de forma mais ampla do que apenas no dia da Feira de Economia Solidária. Questões relativas ao debate político e estratégico da implantação de um banco comunitário ainda não conquistaram o devido espaço no debate dos integrantes da feira analisada; ao contrário, por vezes depositaram-se nos representantes de entidades de apoio e no Ecobanco expectativas de achar as soluções para os diversos problemas, buscando relações paternalistas. Percebeu-se, também, que algumas pessoas possuem dificuldades cognitivas para a compreensão do processo autogestionário, do funcionamento do Ecobanco, principalmente no que se relaciona ao microcrédito, por ser uma nova experiência.

Observou-se a dificuldade demonstrada pelos sujeitos envolvidos em exercitar a autogestão, que é um dos princípios fundantes da economia solidária. Autogestão pressupõe decisões coletivas, em assembleia, onde todos têm voz e vez. Para tanto, fazem-se necessários participação, comprometimento, responsabilidade e – acredita-se – certa dose de coragem e ousadia porque significa andar na “contra-mão” da lógica capitalista vigente que prima pela hierarquização das relações. Esperava-se desenvolver a autonomia e o fortalecimento.

O Ecobanco foi um dinamizador da feira, contribuindo para que as necessidades de locomoção e de alimentação fossem atendidas por meio do microcrédito, além de favorecer a circulação interna de produtos e de recursos

monetários. No entanto, correu-se o risco de se gerar dependência e também de se mascarar os problemas existentes. Por exemplo, o espaço físico onde acontece a feira não é adequado para uma boa comercialização devido à pouca circulação das pessoas. O “conforto” que o Ecobanco possibilitou por meio do microcrédito e a troca de produtos por meio da moeda social de certa forma pareceram favorecer que os empreendimentos não se mobilizassem para procurar outro espaço, bem como solucionar outros problemas estruturais da feira.

É preciso ainda uma maior experiência da equipe com relação às operações relacionadas, ou seja: limites para o microcrédito, lastro, fundos excedentes, sobras de recursos – como fazer? Também ainda não houve um consenso sobre qual seria a função maior do Ecobanco na feira: o Ecobanco foi um “ensaio” ou uma estratégia para a constituição de banco comunitário? Uma forma de dinamizar a Feira de Economia Solidária? De quem é o Ecobanco? É da feira? O Ecobanco é um empreendimento econômico solidário? É um serviço prestado à feira?

O fato de a equipe do Ecobanco se reunir mensalmente para refletir, avaliar e planejar não a liberou, na opinião de alguns componentes da equipe do ecobanco, da necessidade de submeter a todo o coletivo da Feira Permanente as regras e critérios propostos. Para outros, no entanto, isto não ficou claro. De qualquer forma, todos da equipe concordaram sobre a importância de se participar das reuniões mensais de avaliação da feira.

Houve alguns equívocos, dos quais foram extraídas aprendizagens, como, por exemplo, em alguns momentos, não se garantiu o equilíbrio entre reais e girassóis circulantes na feira. Era preciso que a equipe do Ecobanco estivesse completamente atenta durante toda a feira, observando a movimentação das duas moedas e, se fosse preciso, interviesse injetando uma ou outra. Por exemplo, se fosse concedido um montante de R\$ 500,00 em microcrédito, seria preciso que houvesse valor correspondente em girassóis. Um descuido neste sentido gerou certo retrocesso na confiança que foi construída ao longo do tempo em relação ao Ecobanco.

Um dilema sempre presente se relacionou à resistência dos empreendimentos em aceitar os Girassóis na feira, enquanto não houvesse a garantia de que estes poderiam ser convertidos em Reais. A equipe do Ecobanco estimulou que os girassóis fossem utilizados para aquisição de produtos da própria feira,

mas também compreendeu que a dificuldade financeira vivenciada pelos empreendimentos os impulsiona a buscarem receber em reais quando vendem seus produtos, e não em girassóis, o que os obrigava a adquirir outros produtos. Neste caso, o Ecobanco teve atitudes diversas nas 15 feiras: em certos momentos, realizou a conversão de girassóis por reais no final da feira. Em outros, insistiu para que os empreendimentos destinassem os girassóis na aquisição de outros produtos.

A experiência do Ecobanco na Feira Permanente de Economia Solidária – não obstante as várias dificuldades e limites até aqui apresentados – apontou para algumas possibilidades promissoras, algumas já tangíveis, e outras ainda no horizonte da economia solidária.

A Feira Permanente de Economia Solidária continua acontecendo, agora já ampliada para eventos semanais (quartas e sábados) em um local bem mais movimentado da cidade de Curitiba. Neste local, houve um aumento de vendas e também de porcentagem para a criação de um fundo solidário. O coletivo da feira também participa de outros eventos promovidos por universidades locais e eventos em que outras questões políticas estejam sendo discutidas, como reuniões de fóruns, eventos pela democracia, entre outros.

O Ecobanco representou uma opção diferenciada numa sociedade que valoriza demasiadamente o lucro, estimula o consumismo, o *status*, a busca pelo poder e a ciranda financeira que leva ao endividamento e enriquece alguns grupos privilegiados. Portanto, mesmo sendo experiência ainda incipiente, acredita-se que o Ecobanco, a moeda social e a feira como um todo, inseridos no projeto de economia solidária, podem impulsionar processos de organização, de formação, de articulação e visibilidade na direção de outra proposta de economia.

## Referências

- ARKEL, H.V.; ALBUQUERQUE, P.P.; RAMADA, C.; PRIMAVERA, H. 2002. *Onde está o dinheiro?* Porto Alegre, Decasa Editora, 190 p.
- BARRETO, S.S. 2016. Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil: Uma Perspectiva a partir do Mapeamento dos Fundos de 2011-2012. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 60:101-108.
- CARNEIRO, G.; BEZ, A. 2011. *Clubes de Troca: rompendo o silêncio, construindo outra história*. 2ª ed., Curitiba, Editora Gráfica Popular – CEFURIA, 160 p.
- FREIRE, M.V. 2011. *Moedas Sociais: Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais, circulantes locais no Brasil*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 374 p.
- LEAL, L.P.; RIGO, A.S.; ANDRADE, R.N. 2016. Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Explorando os Dados do Diagnóstico no Nordeste do Brasil. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 60:77-85.
- MELO NETO SEGUNDO, J.J. 2009. Bancos Comunitários. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Janeiro. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=430>. Acesso em: 20/08/2012.
- NASCIMENTO, C. 2012. Economia Popular e Solidária, Trabalho e Autogestão Comunal. In: A.I. SOUZA (org.), *História Social do Trabalho*. Curitiba, L.F. Editora/CEFURIA, p. 104-115.
- PAEZ, L.F.V. 2001. *Economia Solidária, uma alternativa ao neoliberalismo*. Santa Maria, Cesma, 82 p.
- SANTOS, M. 2001. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Record. 174 p.
- SANTOS, B.S. 2002. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 514 p.
- SILVA, S.P.; CARNEIRO, L.M. 2016. Análise das informações do mapeamento de economia solidária para empreendimentos de finanças solidárias. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 60:87-99.

Submetido: 22/05/2016

Aceito: 14/09/2016